



**PREJULGADO DE TESE Nº 006, de 5 de fevereiro de 2015.**

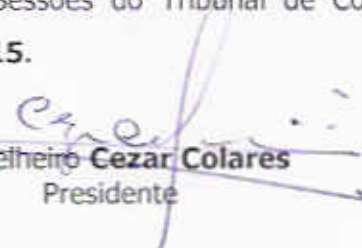
**RESOLUÇÃO Nº 11.747**

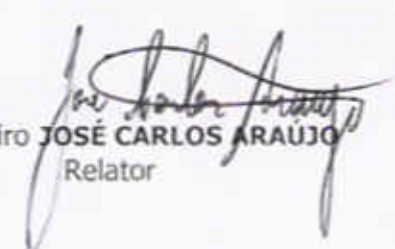
**Processo nº 201400868-00**

**EMENTA:** CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA. LEGALIDADE DO PAGAMENTO DE SUBSÍDIO A VEREADOR LICENCIADO PARA OCUPAR CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL. PREVISÃO DAS COMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS DOS VEREADORES, CONSTANTES NO ARTIGO 56, I, § 1º E 3º DA CF/88 C/C LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 1º, INCISO XVI, DA LEI Nº 084/2012 DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** em tese, formulada por autoridade competente, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos do Relatório, da proposta de Decisão e Resolução prolatada às **fls. 27-30** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se **PREJULGADO DE TESE**.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **05 de fevereiro de 2015**.

  
Conselheiro **Cezar Colares**  
Presidente

  
Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Relator

**Presentes:** Conselheiros, Aloísio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antônio José, e Procuradora Maria Inez Gueiros.



PROCESSO Nº : 201400868-00  
PROCEDÊNCIA : CAMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA  
EXERCÍCIO : 2014  
RESPONSÁVEL : JOSÉ CARLOS ALVES FERREIRA – PRESIDENTE  
ASSUNTO : CONSULTA

## I - RELATÓRIO

Versam os autos sobre consulta apresentada pelo Sr. José Carlos Alves Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia, na qual solicita orientação quanto à aplicação da Emenda nº. 001/2013 que alterou o parágrafo único do art. 30 da Lei Orgânica do município, a fatos ocorridos antes de sua publicação. Relata o consulente que referida Emenda passou a vedar a opção de remuneração feita pelo vereador, nos casos em que for investido no cargo de Secretário ou Procurador Municipal.

Após a análise dos autos, verificou-se que a dúvida suscitada versa sobre caso concreto, desatendendo o art. 298, II do Regimento Interno. Entretanto, considerando a relevância da matéria, foi admitida e encaminhada para o Departamento de Apoio aos Municípios – DAM/TCM, nos termos do art. 300, §4º do Regimento Interno.

Em manifestação, o órgão técnico concluiu que a emenda padece de amparo constitucional, conforme prevê o art. 56, I, §1º e §3º da Constituição Federal de 1988 que dá plena liberdade ao parlamentar para exercer cargos na Administração Municipal, tais como o de Secretário Municipal ou Procurador Municipal, devendo esse licenciar-se do mandato, podendo optar pela manutenção dos subsídios de Vereador. Entenderam, ainda, não caber no presente caso o questionamento quanto a retroatividade da Emenda, já que padece de amparo constitucional.

É o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal, ao dispor sobre a organização dos Município, estabelece, no seu art. 29, IX que a Lei Orgânica estabelecerá as proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os





membros da Assembleia Legislativa.

As incompatibilidades e proibições aplicadas aos membros do Congresso Nacional se encontram disciplinadas no art. 54<sup>1</sup>. Dentre as proibições, a Constituição Federal veda expressamente, desde a posse, que os membros do Congresso Nacional ocupem cargo ou função, demissível *ad nutum*, em pessoas jurídicas de direito público.

Entretanto, o próprio Diploma Constitucional, agora no art. 56, I, excepciona a regra ao prever que não perderá o mandato o deputado ou senador "investido no cargo de ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, do Território, de Prefeitura de Capital ou Chefe de missão diplomática temporária", casos em que poderá, inclusive, optar pela remuneração, conforme possibilita o §3º do mesmo dispositivo constitucional<sup>2</sup>.

Logo, a Lei Orgânica do Município deve prever os impedimentos e incompatibilidades dos vereadores, seguindo, no que couber, as vedações impostas pela Constituição Federal. Ao utilizar a expressão "no que couber", a Constituição Federal conferiu margem de liberdade ao legislador municipal para disciplinar os impedimentos e incompatibilidades, sempre à luz dos mandamentos constitucionais.

Sendo assim, não pode a Lei Orgânica afastar o direito constitucionalmente garantido de o vereador optar pela remuneração do mandato.

### III - CONCLUSÃO

A partir do exposto e com base no parecer emitido pelo Departamento de Apoio aos Municípios – DAM, concluo que a Emenda nº. 001/2013 que alterou a redação do parágrafo único do art. 30 da Lei Orgânica do Município de Brejo Grande do Araguaia, contraria o art. 56, I da Constituição Federal na parte em que veda a opção pela remuneração. Em razão disso, o questionamento quanto à aplicação da emenda à

1 Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

2 § 3º - Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.



situações anteriores fica prejudicado, considerando a falta de amparo constitucional.

Entretanto, pode o prejudicado arguir a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 30 da referida Lei Orgânica Municipal, nos termos da Constituição Federal.

Após, submeto à deliberação do Egrégio Plenário, nos termos do art. 300, §5º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Belém, 05 de fevereiro de 2015

José Alexandre Cunha Pessoa  
Auditor Convocado



**PROCESSO Nº : 201400868-00**  
**PROCEDÊNCIA : Brejo Grande do Araguaia**  
**ÓRGÃO : Câmara Municipal**  
**NATUREZA : Consulta**  
**EXERCÍCIO : 2014**

De Ordem do Auditor Convocado José Alexandre Pessoa,  
À Secretaria,  
Para comunicação da decisão ao interessado.

Belém, 05 de fevereiro de 2015.

*S. Marques*  
**Maria do Socorro Barros Marques**  
7ª Controladoria TCM/PA

Recebido na Secretaria em  
05 / 02 / 2015  
*[assinatura]*  
Responsável

*De ordem,*  
*Retornam o autos, após comunicação*  
*ao interessado*

*Em, 06.02.2015*

*[assinatura]*  
**Renata Pinheiro**  
Secretaria Geral  
TCM/PA





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
SECRETARIA GERAL

Ofício nº 007/2015-SEC/TCM  
PROCESSO Nº 20140868-00  
CM de Brejo Grande do Araguaia

Belém, 06.02.2015

Senhor Presidente:

Encaminho a V.Exa., após conhecimento do Egrégio Plenário desta Corte, na sessão plenária de 05.02.2015, cópia do Parecer a respeito da Consulta formulada quanto à aplicação da Emenda nº 001/2013, que alterou a redação do Parágrafo Único do Art. 30, da Lei Orgânica do Município de Brejo Grande do Araguaia.

Atenciosamente,

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral do TCM

Ao

Exmo. Sr. **José Carlos Alves Ferreira**

Presidente da CM de Brejo Grande do Araguaia

Tv. Vereador Moacir Fernandes de Souza, S/N - Centro

**CEP: 68.521-000 - BREJO GRANDE DO ARAGUAIA/PARÁ**



PROCESSO Nº : 201400868-00  
PROCEDÊNCIA : CAMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA  
EXERCÍCIO : 2014  
RESPONSÁVEL : JOSÉ CARLOS ALVES FERREIRA – PRESIDENTE  
ASSUNTO : CONSULTA

## I - RELATÓRIO

Versam os autos sobre consulta apresentada pelo Sr. José Carlos Alves Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia, na qual solicita orientação quanto à aplicação da Emenda nº. 001/2013 que alterou o parágrafo único do art. 30 da Lei Orgânica do município, a fatos ocorridos antes de sua publicação. Relata o consulente que referida Emenda passou a vedar a opção de remuneração feita pelo vereador, nos casos em que for investido no cargo de Secretário ou Procurador Municipal.

Após a análise dos autos, verificou-se que a dúvida suscitada versa sobre caso concreto, desatendendo o art. 298, II do Regimento Interno. Entretanto, considerando a relevância da matéria, foi admitida e encaminhada para o Departamento de Apoio aos Municípios – DAM/TCM, nos termos do art. 300, §4º do Regimento Interno.

Em manifestação, o órgão técnico concluiu que a emenda padece de amparo constitucional, conforme prevê o art. 56, I, §1º e §3º da Constituição Federal de 1988 que dá plena liberdade ao parlamentar para exercer cargos na Administração Municipal, tais como o de Secretário Municipal ou Procurador Municipal, devendo esse licenciar-se do mandato, podendo optar pela manutenção dos subsídios de Vereador. Entenderam, ainda, não caber no presente caso o questionamento quanto a retroatividade da Emenda, já que padece de amparo constitucional.

É o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal, ao dispor sobre a organização dos Municípios, estabelece, no seu art. 29, IX que a Lei Orgânica estabelecerá as proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os





membros da Assembleia Legislativa.

As incompatibilidades e proibições aplicadas aos membros do Congresso Nacional se encontram disciplinadas no art. 54<sup>1</sup>. Dentre as proibições, a Constituição Federal veda expressamente, desde a posse, que os membros do Congresso Nacional ocupem cargo ou função, demissível *ad nutum*, em pessoas jurídicas de direito público.

Entretanto, o próprio Diploma Constitucional, agora no art. 56, I, excepciona a regra ao prever que não perderá o mandato o deputado ou senador "investido no cargo de ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, do Território, de Prefeitura de Capital ou Chefe de missão diplomática temporária", casos em que poderá, inclusive, optar pela remuneração, conforme possibilita o §3º do mesmo dispositivo constitucional<sup>2</sup>.

Logo, a Lei Orgânica do Município deve prever os impedimentos e incompatibilidades dos vereadores, seguindo, no que couber, as vedações impostas pela Constituição Federal. Ao utilizar a expressão "no que couber", a Constituição Federal conferiu margem de liberdade ao legislador municipal para disciplinar os impedimentos e incompatibilidades, sempre à luz dos mandamentos constitucionais.

Sendo assim, não pode a Lei Orgânica afastar o direito constitucionalmente garantido de o vereador optar pela remuneração do mandato.

### III – CONCLUSÃO

A partir do exposto e com base no parecer emitido pelo Departamento de Apoio aos Municípios – DAM, concluo que a Emenda nº. 001/2013 que alterou a redação do parágrafo único do art. 30 da Lei Orgânica do Município de Brejo Grande do Araguaia, contraria o art. 56, I da Constituição Federal na parte em que veda a opção pela remuneração. Em razão disso, o questionamento quanto à aplicação da emenda à

1 Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessado qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

2 § 3º - Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.





25  
28

situações anteriores fica prejudicado, considerando a falta de amparo constitucional.

Entretanto, pode o prejudicado arguir a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 30 da referida Lei Orgânica Municipal, nos termos da Constituição Federal.

Após, submeto à deliberação do Egrégio Plenário, nos termos do art. 300, §5º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Belém, 05 de fevereiro de 2015

José Alexandre Cunha Pessoa  
Auditor Convocado

U. qf